

ACTA NÚMERO 69/XII (1.ª)

Aos 5 dias do mês de setembro de 2012, pelas 15:40 horas, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, estando presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

2 — Apreciação e votação do relatório final do Grupo de Trabalho sobre Petições – 12.ª Comissão (CPECC):

Deputada Coordenadora do Grupo de Trabalho: Odete Silva (PSD)

3 — Distribuição do projeto de lei n.º 275/XII (1.ª), do BE — Altera a estrutura da ERC, garantindo a isenção, idoneidade e independência do Conselho Regulador face ao poder político e económico (Primeira alteração à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro):

Relator (a): Deputado(a) (CDS-PP);

4 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE sobre o modelo anunciado pelo Governo de privatização do serviço público da Rádio e Televisão de Portugal, em que se requer a audição do Sr. Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;

5 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a «concessão» da Rádio e Televisão de Portugal a interesses privados, em que se requer a audição das organizações representativas dos trabalhadores da RTP, do Conselho de Opinião da RTP, do Conselho de Administração da RTP e do Sr. Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;

6 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS acerca do anúncio feito pelo consultor do Governo António Borges sobre a possível concessão da RTP1 a

privados e o encerramento da RTP2, em que se requer a audição do demissionário Conselho de Administração da RTP, SA;

7 — Deliberação sobre o acompanhamento das seguintes iniciativas europeias, remetidas pela Comissão dos Assuntos Europeus:

a) Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e ao licenciamento multiterritorial de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno — COM(2012) 372 (esta iniciativa tem ainda associados dois documentos de trabalho: Avaliação de Impacto [SWD(2012)204] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)205]):

Relator (a): Deputado(a) (PSD)

b) Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o desenvolvimento da Rede Europeia das Migrações [COM(2012)427]. Esta iniciativa tem ainda associado um documento de trabalho [SWD(2012)240]:

Relator (a): Deputado(a) (PS)

8 — Apreciação e votação de Atas (n.ºs 53, 55, 56 e 57);

9 — Outros assuntos.

—

1 — Foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

2 — Apreciação e votação do relatório final do Grupo de Trabalho sobre Petições – 12.^a CPECC:

No âmbito do segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Odete Silva (PSD), coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Petições – 12.^a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, apresentou o relatório final à Comissão, que analisou as petições enviadas à Assembleia da República durante a 4.^a Sessão Legislativa da X Legislatura e os efeitos práticos

que as mesmas desencadearam, uma vez cumprido o percurso formal da sua tramitação e das diligências que lhe foram associadas.

De seguida, fez uma abordagem do enquadramento legal do exercício do direito de petição, analisando a sua tramitação na Assembleia da República, o seu número e origem, o tipo de petições e o número de subscritores, a sua distribuição pelas comissões, a sua natureza e objeto, a audição dos peticionários e, por fim, a sua apreciação em Plenário.

Concluiu, sugerindo que, na próxima sessão legislativa, a divisão de tarefas no quadro do Grupo de Trabalho possa ter em conta critérios categoriais, tais como as temáticas das petições ou o âmbito e natureza do seu objeto (alteração da legislação, medidas governativas, etc.). Estes critérios poderiam funcionar, não como simples indicador de análise, mas sim como ponto de partida para a conjugação das petições a serem agregadas numa leitura comparativa.

De seguida, usaram da palavra, respetivamente, os Senhores. Deputados João Lobo (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Manuel Seabra (PS), Bruno Dias (PCP) e Francisca Almeida (PSD), que felicitaram a Senhora Deputada Odete Silva pela feitura deste relatório final, que consideraram muito bem estruturado e elaborado.

O Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, felicitou igualmente a Senhora Deputada Odete Silva pela forma como soube interpretar o objetivo de valorização de um dos instrumentos mais importantes para o exercício da cidadania. No sentido de valorizar este aspeto, propôs que, fazendo uso do artigo 35.º do Regimento da Assembleia da República, a Comissão remetesse à Senhora Presidente da Assembleia da República um ofício a solicitar o agendamento de um debate temático sobre esta matéria — «O direito de petição – um exercício de cidadania» —, sugestão desde logo acolhida pela Comissão.

Submetido à votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade.

3 — Distribuição do projeto de lei n.º 275/XII (1.ª), do BE — Altera a estrutura da ERC, garantindo a isenção, idoneidade e independência do Conselho Regulador face ao poder político e económico (Primeira alteração à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro):

Quanto ao terceiro ponto da Ordem do Dia, foi designado relator do projeto de lei n.º 175/XII (1.ª), do BE, o Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, do CDS-PP.

4 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE sobre o modelo anunciado pelo Governo de privatização do serviço público da Rádio e Televisão de Portugal, em que se requer a audição do Senhor Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;

5 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a «concessão» da Rádio e Televisão de Portugal a interesses privados, em que se requer a audição das organizações representativas dos trabalhadores da RTP, do Conselho de Opinião da RTP, do Conselho de Administração da RTP e do Senhor Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;

6 — Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS acerca do anúncio feito pelo consultor do Governo, António Borges, sobre a possível concessão da RTP1 a privados e o encerramento da RTP2, em que se requer a audição do demissionário Conselho de Administração da RTP, SA;

O Senhor Presidente propôs que se analisassem em conjunto, pela ordem de entrada, os três requerimentos apresentados, o que foi acolhido pela Comissão.

Foi dada a palavra à Senhora Deputada Catarina Martins (BE), proponente do primeiro requerimento. A Senhora Deputada começou por referir o inusitado anúncio, feito por um consultor do Governo, de concessão do serviço público de rádio e televisão, o que poderá conduzir a que Portugal deixe de ter um serviço essencial à democracia. Sublinhou a necessidade de assegurar a liberdade de imprensa e a sua independência do poder económico. Em seu parecer, a cedência da RTP a interesses privados seria um passo sem precedentes em qualquer local do mundo, pelo que o Governo tem de clarificar rapidamente que medidas pretende tomar sobre esta matéria. Nesse sentido, solicitou a audição na Comissão do Senhor Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

De seguida, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que o cenário apontado pelo consultor do Governo, de encerramento da RTP2 e de concessão da RTP1 a interesses privados, fez adensar o problema na sua globalidade, e que se torna urgente que a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação enverede por uma abordagem séria e profunda sobre esta questão. Considerou inaceitável e vergonhoso o referido cenário, perspetivado como criação de uma nova PPP, por concessão a privados do serviço público de televisão e de rádio, pelo que se torna urgente ouvir na Comissão o Senhor Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, o novo Conselho de Administração da RTP, o Conselho de Opinião, os sindicatos representativos dos trabalhadores e a comissão de trabalhadores.

Finalizando a apresentação dos requerimentos o Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) propôs que, após o anúncio feito pelo assessor do Governo para a RTP e, em geral para as privatizações, e atendendo a uma estratégia do Governo, que considerou obsessiva, de desmantelamento do serviço público de rádio e televisão, se torna urgente proceder à audição do conselho de administração demissionário da RTP.

Tratando-se de um património imaterial dos cidadãos, construído ao longo de 50 anos, questionou como terá sido possível tratar esta matéria através de um prestador de serviços ou fazer lançar confusão na opinião pública através de alguém que não representa diretamente o Estado? O Governo, acrescentou o mesmo Senhor Deputado, ainda não apresentou as razões da concessão de um canal, não esclareceu acerca da existência real de espaço no mercado publicitário para um novo canal generalista, nem porque é que o próprio conselho de administração demissionário da RTP defende a posição exatamente oposta, etc.... Dada a necessidade destes esclarecimentos se requer a audição do conselho de administração demissionário da RTP.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu que, não havendo estudos concluídos, ou decisões tomadas sobre a matéria em causa, viabilizará apenas o requerimento do PS. Considerou que o conselho de administração cessante desempenhou as suas funções de forma muito digna e meritória, tendo, de resto, merecido da parte da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação a sua concordância e aplauso. A audição do referido conselho justifica-se ainda pelo seu grau de conhecimento acerca do cenário passado e recente da rádio e televisão e de toda a empresa, e pela conseqüente habilitação para fazer o balanço dos últimos tempos da RTP.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), no uso da palavra, sublinhou que ambos os programas, o do PSD a nível eleitoral, e o do Governo, previam a privatização da RTP, salvaguardando sempre o serviço público. Enquanto não estiverem concluídos os estudos, e até à tomada de uma decisão por parte do Governo, concluiu a Senhora Deputada, torna-se extemporâneo ouvir o Senhor Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ou o, ainda inexistente, Conselho de Administração. No entanto, sublinhou, seria útil, segundo o PSD, ouvir o conselho de administração demissionário, para fazer o balanço do seu mandato na empresa, analisar aspetos concretos da gestão que levou a efeito, e fazer um ponto de situação da RTP. Deu, portanto, o seu voto a favor ao requerimento do PS.

A este propósito teceram ainda várias considerações os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Catarina Martins (BE), Inês de Medeiros (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Isabel Oneto (PS) e Francisca Almeida (PSD).

Por fim, o Senhor Presidente submeteu à votação os três requerimentos, tendo sido rejeitados os do BE e do PCP, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE e aprovado por unanimidade o requerimento do PS.

7 — Deliberação sobre o acompanhamento das seguintes iniciativas europeias, remetidas pela Comissão dos Assuntos Europeus:

a) Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e ao licenciamento multiterritorial de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno — COM(2012) 372 (esta iniciativa tem ainda associados dois documentos de trabalho: Avaliação de Impacto [SWD(2012)204] e Resumo da Avaliação de Impacto — SWD(2012) 205:

Em relação à alínea a) do sétimo ponto da Ordem do Dia, foi designado relator da COM(2012) 372 a Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD).

b) Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o desenvolvimento da Rede Europeia das Migrações — COM(2012) 427 (esta iniciativa tem ainda associado um documento de trabalho — SWD(2012) 240:

A Comissão deliberou não proceder ao seu escrutínio.

8 — Apreciação e votação de Atas (n.ºs 53, 55, 56 e 57):

O Senhor Presidente submeteu à votação as Atas n.ºs 53, 55, 56 e 57, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta.

A reunião foi encerrada às 18 horas, dela tendo-se lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O PRESIDENTE

(Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Filipe Neto Brandão
João Figueiredo
João Lobo
Margarida Neto
Ricardo Rodrigues
Teresa Costa Santos
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 04/12/2012